

---

***Passos Maia***  
***Energética S.A.***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2023***  
***e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Passos Maia Energética S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Passos Maia Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Passos Maia Energética S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 8 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

**Passos Maia Energética S.A.**

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>		<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.580	6.841	Fornecedores		535	257
Contas a receber	7	7.570	1.591	Partes relacionadas	12	215	274
Partes relacionadas	12	103	317	Salários e encargos sociais		71	47
Tributos a recuperar		3	-	Arrendamentos		-	136
Outros ativos		153	122	Tributos a recolher		61	91
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.409</b>	<b>8.871</b>	Imposto de renda e contribuição social		221	265
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	-	22.928
				Dividendos a pagar	12	8.140	2.191
				Outros passivos		-	68
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>9.243</b>	<b>26.257</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	8	85.106	87.376	Arrendamentos		-	9
Intangível	9	9.869	10.333	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	1.340	2.060
Outros ativos		-	27	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.340</b>	<b>2.069</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>94.975</b>	<b>97.736</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>10.583</b>	<b>28.326</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social		57.617	60.617
				Reserva de capital		6.619	6.619
				Reservas de lucros		30.565	11.045
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	11	<b>94.801</b>	<b>78.281</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>105.384</b>	<b>106.607</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>105.384</b>	<b>106.607</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Passos Maia Energética S.A.**

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Receita operacional</b>			
Receita de fornecimento de energia elétrica		48.291	47.330
Receita de prestação de serviços		1	4
(-) Deduções da receita		(1.763)	(1.692)
Receita líquida	13	46.529	45.642
<b>Custos</b>			
Custo do fornecimento de energia elétrica	14.a	(8.505)	(11.009)
Custo dos serviços prestados		-	-
		(8.505)	(11.009)
<b>Lucro bruto</b>		38.024	34.633
<b>(Despesas) Receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	14.b	(1.710)	(1.533)
Outras despesas		(1.088)	(22.917)
		(2.798)	(24.450)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro</b>		35.226	10.183
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras		857	733
Despesas financeiras		(20)	(37)
	15	837	696
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		36.063	10.879
Imposto de renda e contribuição social	10	(1.791)	(1.654)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		34.272	9.225
<b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)</b>	17	1,227	0,345

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Passos Maia Energética S.A.**

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		34.272	9.225
<b>Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:</b>			
Varição de investimentos ao valor justo		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>34.272</u>	<u>9.225</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Passos Maia Energética S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>		60.617	6.619	3.971	22.576	-	93.783
Dividendos adicionais distribuídos	11.d	-	-	-	(22.536)	-	(22.536)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.225	9.225
Constituição de reserva legal	11.d	-	-	461	-	(461)	-
Destinação de dividendos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(2.191)	(2.191)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	6.573	(6.573)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		60.617	6.619	4.432	6.613	-	78.281
Aumento de capital	11.a	19.500	-	-	-	-	19.500
Redução de capital	11.a	(22.500)	-	-	-	-	(22.500)
Dividendos adicionais distribuídos	11.d	-	-	-	(6.612)	-	(6.612)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.272	34.272
Constituição de reserva legal	11.d	-	-	1.714	-	(1.714)	-
Destinação de dividendos obrigatórios	11.d	-	-	-	-	(8.140)	(8.140)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	24.418	(24.418)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		57.617	6.619	6.146	24.419	-	94.801

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Passos Maia Energética S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Nota explicativa</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.063	10.879
<b>Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:</b>			
Depreciação e amortização	8	2.851	2.554
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	1.090	22.924
Baixa de ativo imobilizado	8	-	(4)
Despesas financeiras sobre arrendamentos		25	8
		<u>3.966</u>	<u>25.482</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber		(5.979)	1.577
Tributos a recuperar		(3)	-
Outras movimentações em ativos		(4)	(28)
Fornecedores		278	(2.651)
Salários e encargos sociais		24	-
Tributos a recolher		(30)	-
Imposto e contribuição a pagar		(44)	(200)
Pagamento de contingências		(24.073)	-
Outras movimentações em passivos		(68)	(277)
		<u>(29.899)</u>	<u>(1.579)</u>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações</b>		<u>10.130</u>	<u>34.782</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.863)	(1.597)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>8.267</u>	<u>33.185</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	8	(142)	(46)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		<u>8.125</u>	<u>33.139</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	11.a	19.500	-
Redução de capital	11.a	(22.500)	
Pagamentos de arrendamentos		(856)	145
Partes relacionadas	12	273	(43)
Dividendos pagos	11.d	(8.803)	(28.500)
<b>Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento</b>		<u>(12.386)</u>	<u>(28.398)</u>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(4.261)</u>	<u>4.741</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	6.841	2.100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.580	6.841
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(4.261)</u>	<u>4.741</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*



## PASSOS MAIA ENERGÉTICA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. Informações gerais

A Passos Maia Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Constituída em 20 de dezembro de 2006, a Companhia é uma sociedade de propósito específico que tem por atividade a construção e exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 25,0 MW de potência instalada, localizada no rio Chapecó, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Município de Passos Maia, norte do Estado de Santa Catarina.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica foi obtida em 2 de março de 2004 (Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 68) pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da referida resolução, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 3 de junho de 2011, conforme despacho nº 2.363 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a PCH Passos Maia obteve autorização para alteração do nome do empreendimento para PCH Victor Batista Adami. A aprovação por parte dos acionistas da Companhia ocorreu na AGE de 08 de novembro de 2011.

A Companhia firmou, em 14 de dezembro de 2009, Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG”), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 12,5MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, compreendido entre 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é controlada em conjunto pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”) e Adami S.A. - Madeiras (“Adami”), ambas detendo 50% das ações do empreendimento cada.

Em 23 de fevereiro de 2022, a Resolução autorizativa ANEEL nº 11.131/2022 que ajustou o prazo de autorização da usina representando uma extensão por COD (*Commercial Operating Date*) onde o prazo de 30 anos de outorga passa a ser contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora. Tal ajuste representou uma extensão de 7,97 anos na autorização da usina.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de março de 2024.

#### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

##### 2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no

Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

## 2.2. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4. Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

### a) Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment) se aplicável, são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

### b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos mantidos para negociação, ativos que possuem fluxo de caixa que não sejam exclusivamente pagamento de principal e juros, independente do modelo de negócios, assim como aqueles em que a Companhia exerce a opção ou é obrigada a reconhecer inicialmente ao valor justo por meio do resultado são assim

mantidos pela Companhia. Eventuais ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

#### 2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.4.3. Impairment de ativos financeiros

##### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado do modelo de perdas de crédito esperadas baseado no aumento significativo do risco de crédito considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser

reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados pro rata temporis ao longo do prazo de cobertura. As despesas com seguro regulatório são reconhecidas pelo seu valor presente calculado com base no IPCA anual projetado e, assim como as despesas financeiras incorridas, são apropriadas ao longo do prazo de outorga da usina ou do contrato de venda de energia conforme contrato de repactuação do risco hidrológico.

## 2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam o valor residual do mobilizado ao fim da autorização com base na vida útil estabelecida pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito a indenização dos valores residuais ao final da autorização. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

## 2.7. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação, valores de compensações ambientais e ativo regulatório decorrente da extensão da autorização. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização, e as compensações ambientais pelo prazo de autorização da usina.

### a) Compensações ambientais

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos quando da implantação de empreendimentos, e identificados no processo de licenciamento ambiental. Estes recursos são destinados as Unidades de Conservação para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Entende-se que o benefício desta compensação se dá por todo o período de operação da planta independente da liquidação financeira, e que seu valor é mensurado conforme o percentual aplicado ao total de ativo imobilizado (ou seja, de forma confiável), preenchendo assim as prerrogativas para reconhecimento de ativos intangíveis.

## 2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

## 2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem

relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.13. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.14. Reconhecimento da receita

a) Venda de energia elétrica

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado quando a transferência de riscos e benefícios sobre a energia contratada se estabelece. Para as usinas que não fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, essa transferência se dá conforme a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN – Sistema Integrado Nacional. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE, a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e, por consequência, suas receitas.

## b) Venda da prestação de serviços de O&amp;M - Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

## 2.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de

ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

#### a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia calcula a utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

#### b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.



Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2023.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis

4. Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a este risco.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contrato de venda de energia com a companhia CEMIG Geração e

Transmissão S.A., companhia de capital aberto controlada pelo Estado de Minas Gerais com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo considerando o cliente com qual possui a sua geração negociada.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.580	6.841
	<u>2.580</u>	<u>6.841</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	7.570	1.591
Partes relacionadas	103	317
	<u>7.673</u>	<u>1.908</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	535	257
Dividendos	8.140	2.191
Partes relacionadas	215	274
Arrendamentos	-	145
	<u>8.890</u>	<u>2.867</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Contas bancárias em moeda funcional	1	1
Aplicações financeiras com liquidez imediata	2.579	6.840
	<u>2.580</u>	<u>6.841</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 98,75% (99% em 31 de dezembro de 2022) da variação do CDI em ambos os exercícios, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### 7. CONTAS A RECEBER

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Saldo de mercado de curto prazo	7.570	1.591
	<u>7.570</u>	<u>1.591</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

## 8. IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		31.12.2023			31.12.2022		
Terrenos	-	194	(67)	127	194	(67)	127
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1,26%	73.136	(27.751)	45.385	73.136	(26.833)	46.303
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,27%	20.160	(8.261)	11.899	20.160	(7.804)	12.356
Máquinas e Equipamentos	2,04%	45.084	(18.483)	26.601	45.084	(17.578)	27.506
Linhas de transmissão	2,12%	281	(123)	158	281	(117)	164
Outros ativos	4,13%	338	(240)	98	338	(218)	120
Imobilizado em curso	-	838	-	838	696	-	696
Arrendamentos	-	-	-	-	321	(217)	104
		<u>140.031</u>	<u>(54.925)</u>	<u>85.106</u>	<u>140.210</u>	<u>(52.834)</u>	<u>87.376</u>

	Terrenos	Reservatórios , Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrenda- mentos	Total
Saldo em 01.01.2022	127	47.016	12.699	27.861	170	130	1.088	213	89.304
Adições	-	-	-	-	-	-	46	-	46
Transferências	-	(1)	1	429	-	13	(442)	-	-
Depreciação	-	(712)	(344)	(784)	(6)	(23)	-	(109)	(1.978)
Baixas	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31.12.2022	127	46.303	12.356	27.506	164	120	696	104	87.376
Adições	-	-	-	-	-	-	142	-	142
Remensuração	-	-	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Depreciação	-	(919)	(457)	(906)	(6)	(22)	-	(76)	(2.386)
Saldo em 31.12.2023	127	45.385	11.899	26.601	158	98	838	-	85.106

## 9. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental, direito de extensão de outorga (GSF) e outros intangíveis cujos saldos e movimentação estão a seguir apresentados:

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
		31.12.2023			31.12.2022		
Softwares	17,65%	497	(490)	7	497	(436)	61
Extensão de outorga	3,92%	10.439	(1.049)	9.390	10.439	(639)	9.800
Outros Intangíveis	4,13%	724	(252)	472	724	(252)	472
		<u>11.660</u>	<u>(1.791)</u>	<u>9.869</u>	<u>11.660</u>	<u>(1.327)</u>	<u>10.333</u>

	Softwares	Extensão de outorga	Outros intangíveis	Total
Saldo em 01.01.2022	152	10.278	479	10.909
Amortização	(91)	(478)	(7)	(576)
Saldo em 31.12.2022	61	9.800	472	10.333
Amortização	(55)	(410)	-	(465)
Saldo em 31.12.2023	<u>7</u>	<u>9.390</u>	<u>472</u>	<u>9.869</u>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo presumido	40.935	47.620	40.935	47.620
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
Base de lucro presumido para tributação	3.275	3.810	4.912	5.714
Outras receitas	857	733	856	733
Base de Cálculo	4.132	4.543	5.769	6.447
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(1.033)	(1.136)	(519)	(580)
Outros efeitos em tributos	(165)	22	(98)	16
Dedução adicional IRPJ	24	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.174)</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(617)</u>	<u>(564)</u>

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital é de R\$ 57.617 (R\$ 60.617 em 2022) e está representado por 23.761.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas igualmente em 11.880.850 ações para a acionista Adami S.A. – Madeiras e 11.880.850 ações para a acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 26 de janeiro de 2023, a Companhia registrou um aumento de capital no valor de R\$19.500 proveniente da injeção de recursos pela sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A. Posteriormente, em 31 de março de 2023, houve uma redução no capital da Companhia no montante de R\$22.500, sendo o valor convertido em caixa para a mesma acionista, Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o ágio na emissão de novas ações.

c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

d) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Em 2023 foram distribuídos R\$ 6.612 a título de dividendos adicionais conforme aprovação dos acionistas da Companhia.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucro líquido do exercício	34.272	9.225
Constituição da reserva legal	(1.714)	(461)
Base de cálculo	32.558	8.764
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25
Dividendos mínimos obrigatórios	8.140	2.191
Dividendos adicionais	6.612	22.536
Total de dividendos destinados do exercício	<u>14.752</u>	<u>24.727</u>

Dividendos mínimos obrigatórios propostos por ação - em R\$	0,343	0,082
Dividendos adicionais por ação - em R\$	0,278	0,842
	<u>0,621</u>	<u>0,924</u>

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	<u>5.964</u>
Dividendos adicionais aprovados	22.536
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	2.191
Pagamento de dividendos	<u>(28.500)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>2.191</u>
Dividendos adicionais aprovados	6.612
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	8.140
Pagamento de dividendos	<u>(8.803)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<u><u>8.140</u></u>

## 12. PARTES RELACIONADAS

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Ativo Circulante		
Contas a receber		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (iii)	103	317
	<u>103</u>	<u>317</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (ii)	215	274
	<u>215</u>	<u>274</u>
Resultado		
Receita na venda de energia elétrica		
Moinho S.A. (iii)	57	-
Santa Fé Energia S.A. (iii)	14	-
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (iii)	606	3.727
	<u>677</u>	<u>3.727</u>
Custo da compra de energia elétrica		
Statkraft Comercialização de Energia S.A. (ii)	(460)	(3.221)
	<u>(460)</u>	<u>(3.221)</u>
Custo com serviços de partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iv)	(704)	(1.216)
Esmeralda S.A. (iv)	-	(13)
Santa Laura S.A. (iv)	-	(23)
	<u>(704)</u>	<u>(1.252)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	(368)	(411)
	<u>(368)</u>	<u>(411)</u>
Total de Custos e Despesas	<u>(1.532)</u>	<u>(4.884)</u>

- (i) Saldo composto por compartilhamento de custos administrativos.
- (ii) Saldo composto por compra de energia.
- (iii) Saldo composto por venda de energia.
- (iv) Saldo composto por serviços tomados de operação e manutenção.

## a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.



## 13. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Receita de prestação de serviços	1	4
Receita de fornecimento de energia elétrica	48.291	47.330
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>48.292</b>	<b>47.334</b>
Deduções da receita operacional		
PIS	(314)	(301)
COFINS	(1.449)	(1.391)
<b>Total das deduções sobre a receita</b>	<b>(1.763)</b>	<b>(1.692)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>46.529</b>	<b>45.642</b>

## 14. CUSTOS E DESPESAS

## a) Custos

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(2.357)	(5.295)
Depreciação e amortização	(2.851)	(2.554)
Encargos setoriais	(1.196)	(1.099)
Serviços tomados de partes relacionadas	(1.164)	(1.250)
Salários e encargos sociais	(236)	(294)
Seguros fianças e comissões	(550)	(450)
Serviços de terceiros	(151)	(67)
<b>Total de custos no fornecimento de energia e serviços prestados</b>	<b>(8.505)</b>	<b>(11.009)</b>

## b) Despesas

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Serviços de terceiros	(948)	(897)
Salários e encargos sociais	(236)	(80)
Viagens e estadias	(40)	(33)
Aluguel	(6)	(1)
Impostos e taxas	(15)	(7)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Serviços tomados de partes relacionadas	(369)	(411)
Outros	(96)	(101)
<b>Total de despesas gerais e administrativas</b>	<b>(1.710)</b>	<b>(1.533)</b>

## 15. RESULTADO FINANCEIRO

<b>Receitas financeiras</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	857	733
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>857</b>	<b>733</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
IOF, multas e juros sobre tributos	(11)	(13)
Atualização monetária sobre contingências	-	(8)
Juros sobre arrendamento mercantil	(5)	(8)
Outras despesas financeiras	(4)	(8)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(20)</b>	<b>(37)</b>

## 16. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

A movimentação do saldo de contingências passivas consideradas prováveis pela Administração da Companhia ocorrida no exercício de 2023 ocorreu em razão da realização de contingências Cíveis, conforme mencionado no item a) de processos investigativos e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Processos fiscais	-	53
Processos cíveis	1.340	24.935
	<u>1.340</u>	<u>24.988</u>

A movimentação dos saldos provisionados pode ser assim apresentada:

Em 31 de dezembro de 2022	<u>24.988</u>
Realização	(22.928)
Reversão	(720)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>1.340</u>

Contingências possíveis

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa. No encerramento do exercício de 2023 a companhia não apresentava nenhuma contingência com risco possível de perda.

Processos investigativos

a) Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do

controle majoritário da sua controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016. Em 15 de outubro de 2021, a SKER firmou um Acordo de Leniência com o poder público federal para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$18.019 em multas e ressarcimento de vantagens indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizou o pagamento de R\$24.073 em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft.

- b) A sua controladora em conjunto SKER e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF (“ANIPA”) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a SKER, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

## 17. RESULTADO POR AÇÃO

	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	34.272	9.225
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	27.921	26.762
<b>Lucro por ação</b>	<b>1,227</b>	<b>0,345</b>

## 18. OUTROS RISCOS

- a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas por ele.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista o MRE estar suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou “Generation Scaling Factor - GSF”, que reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas

precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia. Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico o qual constitui uma proteção do risco do GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. Durante o exercício de 2023 a usina manteve-se no MRE.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorizações e concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso sua prorrogação não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que as autorizações e concessões hoje outorgadas à Companhia serão, por ocasião de seu vencimento, prorrogadas pelo poder concedente.

## 19. SEGUROS

A controladora em conjunto Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e Responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 31 de março de 2023 a 31 de março de 2024.

---